

Lei Nº 1.226/2016

Dispõe Sobre a Criação do Cargo de Assessor Jurídico do Chefe do Poder Executivo e do Chefe do Legislativo do Município de Angelina e dá Outras Providências.

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de Assessor Jurídico do Executivo e do Legislativo, de provimento em comissão, provido mediante livre escolha do Chefe dos respectivos Poderes, entre as pessoas que reúnam condições e satisfaçam os requisitos legais e necessários para a investidura no serviço público, nos termos do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de dedicação parcial ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver necessidade da Instituição.

Art. 3º A designação e dispensa de servidores para o exercício do cargo de Assessor Jurídico se dará por ato próprio do Chefe do respectivo Poder.

Art. 4º A descrição das atribuições do cargo e requisitos mínimos para provimento consta no Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina-SC, 14 de Dezembro de 2016

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO ASSESSOR JURÍDICO

Vagas	Cargo	Salário R\$
01	Assessor Jurídico do Chefe do Poder Executivo	3.850,00
01	Assessor Jurídico do Chefe do Poder Legislativo	2.800,00

HABILITAÇÃO/REQUISITOS MÍNIMOS

Curso superior, com formação em direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

ATRIBUIÇÕES

- Prestar assistência direta ao Chefe do respectivo Poder (Executivo e Legislativo) e de forma complementar aos diversos setores do respectivo Poder, em qualquer assunto que envolva matéria jurídica;
- Elaborar proposições e assessorar juridicamente o Chefe do respectivo Poder (Executivo e Legislativo) no exercício de suas atividades;
- Representar, peticionar e supervisionar a representação do respectivo Poder (Executivo e Legislativo) em juízo ou em âmbito extrajudicial, quando para isso for credenciado;
- Emitir os pareceres que lhe forem solicitados pelo Chefe do respectivo Poder (Executivo e Legislativo), fazendo os estudos necessários de alta indagação, nos campos das ciências jurídicas;
- Assessorar na elaboração de pareceres, formulando consultas e apresentando sugestões, a fim de contribuir para a resolução de questões dependentes de deliberação do Chefe do respectivo Poder (Executivo e Legislativo).
- Recomendar procedimentos internos, com objetivos preventivos, visando manter as atividades do respectivo Poder (Executivo e Legislativo) Municipal dentro da legislação;
- Promover a defesa judicial e extrajudicial dos em que o respectivo Poder configurar como parte interessada.
- Manter o Chefe do respectivo Poder (Executivo e Legislativo) informado sobre os processos judiciais e administrativos em andamento, providências tomadas e despachos proferidos;
- Executar outras tarefas correlatas inerentes às suas atribuições.